

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANO FARIAS DOS SANTOS

IMPACTO POLÍTICO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

CURITIBA

2018

JULIANO FARIAS DOS SANTOS

IMPACTO POLÍTICO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Denise Maria Maia

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANO FARIAS DOS SANTOS

IMPACTO POLÍTICO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, na presença da seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Denise Maria Maia

Orientadora – Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Professor Doutor Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná

Professor Doutor Fabiano Abranches Silva Dalto
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a minha mãe, a dona Marise Farias, que veio do interior da Bahia para desbravar as terras frias de Curitiba. Sem dúvida a pessoa mais forte e sabia que tive o prazer de conviver durante boa parte da minha vida. Agradeço também a minhas irmãs: Vania e Mara. Sem o auxílio de vocês, esta monografia não seria possível.

O destino tem o curioso costume de preencher nossas vidas com indivíduos pitorescos, e não citá-los nesses agradecimentos, beiraria no mínimo a ingratidão. Agradeço minha boa amiga Nicolly Maia, que conheci na fila da matrícula e desde então jamais deixei, vez ou outra, de perturbar com meus devaneios; um saravá para meu querido amigo Marco Oyagi, com quem já dividi mais garrafas de cerveja e magoas de amor do que sou capaz de lembrar; e um salve para meu amigo longínquo Carlos Cunha, que já está com ouvido macio de tanto ouvir queixas existenciais minhas.

Por fim, agradeço também a professora Denise Maia, que aceitou orientar um aluno perdido quando tudo parecia perdido.

"Às vezes eu acho que todo preto como eu
Só quer um terreno no mato, só seu
Sem luxo, descalço, nadar num riacho
Sem fome, pegando as frutas no cacho
Aí truta, é o que eu acho
Quero também, mas *no Brasil*
Deus é uma nota de cem"

Mano Brown

RESUMO

Esta monografia estuda a relação entre política, num estado nominalmente democrático como o Brasil, e a sua enorme concentração de renda. Para isso, a revisão bibliográfica resgata os momentos mais pertinentes da história democrática brasileira (1889-2012). Algumas séries históricas de dados são consideradas para contextualizar a análise da concentração de renda. Observa-se que em períodos não democráticos a concentração de renda tende a ser maior, com o 1% mais rico detendo aproximadamente 30% da renda nacional durante as ditaduras militares e ilustra como essa riqueza é legitimada socialmente através da opinião pública.

Palavras-chave: concentração de renda, política, democracia, opinião pública

ABSTRACT

This monograph studies the relationship between politics, in a nominally democratic state, and the concentration of income. For this, the most pertinent moments of Brazilian democratic history (1889-2016) are used. It is observed that in undemocratic periods the concentration of income tends to be higher, with the richest 1% holding approximately 30% of the national income and it is speculated how this wealth is socially legitimized through public opinion.

Keywords: income concentration, politics, democracy, public opinion

SUMÁRIO

1 "AS LAGRÍMAS VEM, É PRECISO PÔ-LAS PARA FORA" - INTRODUÇÃO	9
2 "O SENHOR SABE LÁ O QUE É TER UMA JABUTICABEIRA NO FUNDO DO QUINTAL!" - UM RETRATO SOBRE A FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA	10
3 "MUITA TRETA PARA VINICIUS DE MORAES" - UMA ANÁLISE SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA	21
3.1 - 1889-1926: INTREPRATAÇÕES GROSSEIRAS	22
3.2 - 1926-2001: DITADURAS BENEFICIAM OS MAIS RICOS	25
3.3 - 2001-2015: O PASSADO PRESENTE	30
4 "OS RICOS FARÃO TUDO PELOS POBRES, MENOS DESCER DE SUAS COSTAS" - A ESFERA PÚBLICA E HOMEGENIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	36
5 "ELES QUEREM MUROS, EU PREFIRO PONTES" - CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45

1 "AS LAGRÍMAS VEM, É PRECISO PÔ-LAS PRA FORA" - INTRODUÇÃO

Esta monografia nasceu do interesse de uma análise mais ampla da situação social, econômica e política do Brasil. É, em suma, um esforço não apenas para compreender as dimensões econômicas da desigualdade de renda no Brasil, mas para entender suas implicações dentro do ambiente político e social.

Para isso, foi necessário resgatar o pensamento econômico que vai além das modelagens. A primeira parte dessa monografia é um breve relato do presidencialismo brasileiro e visa discutir a fragilidade da democracia, que quando esboça políticas e instrumentos para incluir as pessoas em situação de fragilidade, é substituída por governos autoritários que beneficiam poucos ou, em sua nova forma, implementam as recomendações expressas pela extrema direita.

A segunda parte apresenta a história econômica da concentração de renda. O modo de analisar a concentração de renda não é homogêneo, mas há convergência nas dimensões da desigualdade, que apesar do topo da pirâmide da renda flutuar, a quantidade da renda absorvida por ele, é quase sempre a mesma. Com destaque para como esta situação agravou-se, sob a ótica da desigualdade social, nas ditaduras.

A última parte, explora as ferramentas usadas pela elite pecuniária para colonizar a esfera pública, travestindo seus interesses privados de interesse público. Através do monopólio dos veículos de comunicação e a homogeneização do pensamento crítico.

Esta monografia abrange a discussão de como o poder econômico no formato da concentração de renda influi, de maneira direta ou indireta na política brasileira e na reprodução da vida social.

2 "O SENHOR LÁ SABE O QUE É TER UMA JABUTICABEIRA NO FUNDO DO QUINTAL!" - UM RETRATO SOBRE A FRAGILIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A frase a cima, de autoria de Vinicius de Moraes, foi retirada do poema "Olhe aqui mr. Buster", em que Vinicius, justifica para um - aparentemente - empresário americano os motivos pelos quais ele não quer desfrutar das "maravilhas do dólar" e prefere voltar pra sua terra, o Brasil. Porém, as implicações que vem junto com a jabuticabeira são um pouco mais complexas. De todas as afirmações que podem-se fazer sobre o Brasil, duas são muito claras: a primeira, é que o Brasil é um país extremamente desigual, onde, os 10% mais ricos, detém 70% da renda disponível (trabalho + capital) e que as instituições democráticas são frágeis. Dos 129 anos de república, dos 37 presidentes que regeram o país, apenas 12 deles foram escolhidos diretamente pelo povo e terminaram o mandato, os demais presidentes assumiram através de golpes de Estado, perpetuaram ditaduras - dos 129 anos de república, 41 anos foram ditaduras - e alguns faleceram durante o mandato. Logo, a questão que está monografia se propõe a analisar é: A concentração de renda no Brasil pode ser uma das causas das constantes convulsões políticas pela qual o país já passou e ainda passa? Voltaremos a esta pergunta no momento propício. (SUPER INTERESSANTE, 2018)

O motivo para o questionamento sobre a concentração de renda fragilizar a democracia é o fato que os detentores da renda poderem usar a mesma para colocar no governo seus agentes - geralmente familiares - que defenderão seus interesses, sem pensar no bem estar social, o Estado torna-se propriedade privada de alguns. Entretanto, vale lembrar que a história democrática brasileira começa apenas em 1889, com o golpe, que derrubou o então imperador Dom Pedro II. Mesmo antes do golpe de 1889 - Que não teve respaldo popular - o governo brasileiro era regido por interesses familiares, o que não é de estranhar-se, uma vez dentro de uma monarquia, como Sergio Buarque coloca em seu livro Raízes do Brasil, "O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando assim, [...] o único setor onde o principio

da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família"(BUARQUE, 1936). O trecho acima retrata como era a experiência governamental no período do império (1822 - 1889) e como as famílias exerciam poder dentro do Estado. Deve haver a perspicácia aqui de não confundir o corruptor com o corrompido. Os agente externos corrompem o Estado, não o oposto.

Porém, o golpe, como foi citado, não é fruto da insatisfação popular, já que a monarquia gozava de certa popularidade entre a população. O golpe é fruto do descontentamento das elites ruralistas brasileiras - essa insatisfação é devida em partes à abolição da escravidão, já que "nas regiões mais decadentes, como no vale da Paraíba, a lei provocou a ruína de muitos senhores de terras, levando a maioria a aderir ao movimento republicano, os chamados republicanos de 13 de maio" - logo, as elites brasileiras - incluindo não só senhores de terras, mas também militares - instauram um governo republicano, onde o primeiro presidente - não eleito pelo povo - foi o Marechal Deodoro da Fonseca. A conclusão que se tira desse período histórico é que não há uma revolução no pensamento então vigente, não foram os ventos da democracia abalando as velhas estruturas da monarquia, mas a própria monarquia ruindo, fruto da sua incapacidade de lidar com as insatisfações sociais.

Sendo assim, uma democracia que nasce da vontade das classes dominantes - e atrasadas - não pode ser considerada legítima. "A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tentou acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmo privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos." (Buarque de Holanda). Nascia, sem participação popular, a República do Brasil. Um dos líderes da conspiração, Aristides Lobo, diria mais tarde que "o povo assistiu, bestializado, à Proclamação da República"(FIGUEIRA , 2008)

O nascimento da república no Brasil já começa como um "mal-entendido", que desembocou no período da história do Brasil conhecido como república velha ou república café com leite(1894-1930). O golpe, protagonizado pelas elites agrárias e militares, foi uma "revolução pelo alto", não houve interesse do novo regime em reformas, a base econômica primária exportadora continuou sendo a mesma, não houve nenhuma tentativa de reforma agrária, os coronéis continuaram detentores do poder, e o traço marcante da jovem república continuou sendo a exclusão social, política e econômica da população(FIGUEIRA ,2005). Os escravos recém libertos não foram incluídos na sociedade, ao invés disso campanhas de imigração europeia ganharam forças, o que é entendível, uma vez que a estrutura de poder continuava a mesma, apenas sobre uma nova roupagem, os proprietários de escravos não iriam considerá-los iguais apenas porque os negros deixaram de ser escravos, pelo contrário, desenvolveu-se um Estado onde a exclusão é regra.

O voto, que não era secreto, era permitido apenas para homens, maiores de 21 anos e alfabetizados - deduz-se já, que num país onde 30% da população era escrava, em média 3 a cada 10 brasileiros sabia ler e escrever, que o direito ao voto era elitizado - o que permitia que apenas 2% da população pudesse votar. As eleições eram controladas pelos coronéis, as fraudes, não eram incomuns.(FIGUEIRA , 2008) Infelizmente a falta de dados sobre renda desse período impede de termos uma ideia em números sobre a concentração, mas fica claro, com a formação do ministério com os nomes escolhidos por Deodoro da Fonseca a natureza dos que detinham o poder. Os ministérios foram divididos entre civis e militares, com Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Benjamin Constant (Guerra), Rui Barbosa (Fazenda) e o representante da aristocracia cafeeira Campos Sales (justiça)(FIGUEIRA,2005). O circo estava armado e operou de maneira absurdamente esperada. Concentrando o poder nas oligarquias, e foi redesenhado apenas com a Revolução de 1930.

Um ano antes da "revolução" o mundo conhecia a maior crise da história do capitalismo, a Grande Depressão(1929), os preços do café despencaram, o então presidente, Washington Luís, negou-se a tomar medidas para salvar a cotação do café(FIGUEIRA , 2008). A base da economia brasileira da época era a exportação de café, e a produção era concentrada nas mãos de grandes latifundiários. O convívio das elites rurais com profissionais liberais estava ameaçado. O velho poder

no Brasil, quando confrontado pelos problemas que ele mesmo cria, traveste-se de novidade, que na época era a Aliança Liberal - a palavra "liberal" no Brasil até hoje é a palavra de ordem da elite - que tinha propostas para os trabalhadores, anistia para revoltosos, voto secreto e propostas para manter os preços do café(FIGUEIRA , 2008). O candidato a presidente, Getúlio Vargas, mesmo com propostas inovadoras, perdeu a eleição. Porém, o assassinato do vice-presidente da chapa Vargas, João Pessoa - por motivos não políticos -, inflamou o já prestes a explodir barril de pólvora da revolução, eclodindo assim numa revolta que deporiam o presidente Washington Luís e colocaria Getúlio Vargas em seu lugar(FIGUEIRA , 2008).

A palavra "Revolução", é um pouco exagerado para os acontecimentos que sucederam-se em 30, que, diferente da revolução francesa (1789), quando o feudalismo e o absolutismo sucumbiram perante a ascensão da burguesia, no Brasil, as classes dominantes permaneceram no poder, apenas com uma nova roupagem. O novo governo deveria mostrar-se "revolucionário", e para isso precisou fazer mudanças profundas - e de fato algumas foram consolidadas - criando novos ministérios, novas leis e dispôs-se a tirar todos os governadores de seus cargos - menos o de Minas - e substituí-los por escolhidos por Vargas. O velho poder estava reestruturando-se, e novamente, o povo não foi convidado para dar sua opinião. (SHMIDT,2008)

Há avanços sociais consideráveis no governo Vargas, como a criação das leis trabalhistas, o principal ponto é que a democracia não vigorou no governo. Vargas assumiu com um golpe, mas não mexeu as estruturas do poder. Em 1937, foi instaurada a ditadura do Estado Novo (1937-45), o golpe do golpe. O período é a disseminação do pensamento fascista, através dos Integralistas no Brasil, que defendiam um estado forte, "acima dos interesses de qualquer parte em particular", "contra o capitalismo e o comunismo" e contra a democracia. O lema dos Integralistas era "Deus, Pátria e Família"(SHMIDT,2008). Curiosamente essas três palavras foram amplamente utilizadas no processo de *impeachment* da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Com a eclosão da Segunda Grande Guerra no velho mundo, o Brasil, por pressão americana, ingressou na guerra dos aliados. Com o fim da guerra, fica a contradição: do país fascista que entra em uma guerra travada contra regimes fascistas. Em 1945, Vargas afasta-se para voltar ao poder, democraticamente eleito em 1950, por apenas 3 anos. As greves

explodiram no governo Vargas, o espectro da inflação assombrava o Brasil, e a saída proposta era o arrocho salarial e fim dos créditos empresariais. Os empresários temiam as greves, e não demorou muito para os militares pronunciarem-se. Em 1954, o Manifesto dos Coronéis, - redigido por Golbery do Couto e Silva, um dos arquitetos do golpe de 1964 - que advertia o presidente da república sobre "os perigos do comunismo". Vargas não tinha força para governar, e ainda, como solução para a crise Vargas criou um confisco cambial e de contrapartida conseguiu a insatisfação dos cafeicultores. Vargas tinha como inimigos duas das principais classes da qual o poder emana no país, os cafeicultores e os militares. "Eu lhes dei a minha vida. Agora vos ofereço minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história". Vargas suicidou-se, com um tiro no coração, em 24 de agosto de 1954 (SHMIDT,2008).

Juscelino Kubitschek(1956-1960), sucessor de Vargas na presidência pretendia industrializar o Brasil, talvez o conceito de industrialização fosse demasiadamente abstrato para época, já que as fronteiras foram abertas para o capital estrangeiro - em grande parte americano. O governo JK também queria levar o desenvolvimento para dentro do país, muda-se então a capital do Brasil para Brasília, interior de Goiás. A realidade é que o Rio, na época, tinha uma população politizada, sempre disposta a protestos, não era interessante para os políticos estarem próximos a essa gente (SHMIDT,2008). Assim construiu-se a *Versalhes*, onde a classe política pode isolar-se dos incômodos de viver e trabalhar perto do comuns. JK implementou o *establishment* brasileiro, indo para um local de difícil acesso, dificultado a pressão popular, a industrialização foi promovida para servir os interesses da elite, já que grande parte da população não tinha acesso a bens industrializados, como automóveis(SHMIDT,2008). A renda média cresceu durante o período, mas para quem? A situação dos pobres piorou. No final do governo JK, o salário mínimo era menor do que no começo.O modelo econômico do nacional-desenvolvimentista concentrou - ainda mais - a renda nas mãos das elites. Estrangulou o mercado interno, sufocou o crescimento futuro. (SHMIDT,2008). JK governou para os seus.

Em 1960, Jânio Quadros assume a presidência do Brasil, mandato que duraria apenas sete meses, devido a incapacidade de Jânio Quadros de lidar com

os problemas econômicos e sociais do Brasil na época. Quem assumiria a presidência seria ser seu vice, João Goulart. João Goulart, o Jango, não era um esquerdista radical. Era filho de ricos fazendeiros gaúchos. Mas tinha projetos para melhorar a condição de vida das pessoas mais pobres. Quando Jânio Quadros renunciou, Jango estava na China e prudentemente resolveu aguardar a resolução do quadro político para voltar ao Brasil. Os militares e alta sociedade brasileira, viam Jango como um subversivo. Vários militares tentaram impedir a posse de Jango, nem se fosse necessário utilizar da força. Com a ameaça de guerra civil provocada por Leonel Brizola, o congresso armou outro trâmite. O Brasil tornar-se-ia uma República Parlamentarista(1961-1963). A elite odeia e teme a classe mais baixa, qualquer sinalização para inclusão social, desdobra-se numa crise democrática. (SHMIDT,2008). Em meados de 1963, Jango enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei chamado Reformas de Base que incluía, entre outras, reformas agrária, bancária e urbana. Era um plano ousado, mexia com os interesses das classes dominantes. Plano esse enfrentava o conservadorismo das elites, que impedia qualquer alteração nas estruturas sociais. A esquerda julgava que as medidas do presidente eram insuficientes, a direita o acusava de corrupto e que ele estava planejando um golpe (FIGUEIRA ,2005). Jango tentou mobilizar os trabalhadores para defender seu programa de reformas. Assim em 13 de março de 1964, Jango realizou no Rio de Janeiro o "Comício das Reformas", onde anunciou a nacionalização das refinarias de petróleo e a desapropriação de terras para a reforma agrária. As medidas de "esquerda" não agradaram aos conservadores, que em resposta usaram suas marionetes para criar uma série de manifestações com o intuito de desestabilizar o Estado. Em São Paulo, houve talvez a maior expressão de descontentamento conservador contra o governo chamada de Marcha da Família com Deus Pela Liberdade(FIGUEIRA , 2008).

É interessante observar como a "ideologia" antagônica as reformas sociais permanece praticamente inalterada através dos anos. O lema dos integralistas na década de trinta era "Deus, Pátria e Família", trinta anos depois, surge a "Marcha da família com Deus pela Liberdade" e na atualidade vemos movimentos "liberais" lutando pela "família e por Deus". Os valores da elite estão tão hipocritamente enraizados na sociedade brasileira que mesmo 80 anos após o integralismo, permanecemos atados as correntes que nos impedem de progredir. Nos dois

primeiros momentos da história do Brasil que os movimentos pela "família" ganharam força, deparam-se com ditaduras militares. No caso do Integralismo, o Estado Novo(1937-1945) e no caso da Marcha com Deus, com a Ditadura Militar(1964-1985). No Brasil atual, em que movimentos anti-esquerda ganham força, fala-se em escolas "sem-partido" e em liberdade de pensamento - um trocadilho sutil para opressão de pensamentos opostos. O que concluir disso? Nas palavras de Oswald de Andrade: "o futuro triste, o passado horrível, o presente sem remédio".

No dia 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, precipitou o golpe, com o apoio do governador de Minas Gerais e banqueiro Magalhães Pinto. Mesmo antes de renunciar, o senador Auro de Moura Andrade já anunciara o novo presidente: Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. O golpe já havia sido articulado. Jango exilou-se no Uruguai. Enquanto os militares ocupavam-se em derrubar o governo agonizante de Jango, um porta aviões americano estava estacionado na Bacia da Guanabara, a operação chamada *Brother Sam* estava para assegurar a vitória do Golpe de 1964. (SHMIDT,2008).Como observado, o golpe de 1964, é uma repetição de outros momentos históricos em que as classes dominantes tiveram medo de perder seu privilégios. A estrutura política foi de certo modo preservada, as classes abastadas continuaram exercendo poder, mas agora através dos militares. A estrutura econômica continuou a mesma, capitalismo, latifúndio e forte presença de capital estrangeiro. O Golpe foi planejado por civis, políticos conservadores, grandes empresários e banqueiros. Os militares fizeram o serviço sujo, como sempre tem feito, desde a proclamação da República em 1889. Os verdadeiros beneficiários, foram os grandes empresários, eles foram nomeados ministros, assessores, governadores. (SHMIDT,2008)

O longo círculo militar (1964-1985), caracterizam-se por revogar muitos dos direitos constitucionais. Promoveram a "modernização" do país com conservadorismo e autoritarismo, reprimiram movimentos sociais organizados a com métodos covardes como tortura, assassinatos e perseguições. (FIGUEIRA, 2008) O governo militar assumiu o controle de um país com inflação alta, crescimento estagnado, sem crédito no exterior e com carência de produtos básicos. Para combater a recessão, o governo do então presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco criou o Programa de Ação e Econômica do Governo (Paeg), e

identificou que os problemas da economia brasileira eram: o déficit do setor público, o excesso de crédito e a política trabalhista. O governo atacaria o problema de modo clássico, utilizando-se de medidas austeras que penalizam os mais necessitados, a ditadura mostrava para quem fazia seu governo.

Para o déficit do setor público, o governo implementou um ajuste fiscal que, aumentou a arrecadação e reduziu as despesas do governo. Para o excesso de crédito, o governo adotou medidas que dificultassem a obtenção de crédito, reduzindo assim o volume de transações. Para questões trabalhistas o governo buscou enfraquecer a organização sindical através de leis - qualquer semelhança com o presente, não é coincidência -, repressão e intervenção direta nos sindicatos. Até o fim de 1965, 428 sindicatos sofreram intervenção. (FIGUEIRA, 2008)

Em 1967, para respaldar juridicamente o regime militar, cria-se a constituição de 67, a quinta constituição da história do Brasil. O Executivo saiu fortalecido, e a autonomia dos estados reduzida. Os presidentes continuaram sendo escolhidos de forma indireta. Arquitetou-se um esquema bi partidarista, que criava a leve ilusão de uma democracia, onde o partido ARENA, era o representante do governo e o partido MDB era a oposição. Nunca existiu oposição real a ARENA, ou ao governo.

Ainda em 1967 o general Arthur da Costa e Silva assume a presidência da república. Essa fase ficou conhecida como "Milagre brasileiro" e estendeu-se de 1967 a 1973. Durante esse período, o PIB brasileiro cresceu em média 10% ao ano. O milagre acalmou a ira da classe média brasileira. (FIGUEIRA, 2008). A situação da classe operária, ao contrário, deteriorava-se, os operários paulistas recebiam em média 89% do que recebiam em 1960, e em 1969, apenas 68%(SHMIDT,2008). Em 1968 a morte do estudante secundarista Édson Luís num protesto inflama a radicalização estudantil assim como a repressão. No XXX Congresso da UNE, realizado clandestinamente, num sítio em Ibiúna, SP, em outubro do mesmo ano termina com a prisão de 700 estudantes.(FIGUEIRA, 2008) As artes foram duramente reprimidas, filmes, canções, peças de teatro e qualquer tipo de expressão artística que contivesse alguma crítica ao governo era vetada.

O general presidente Costa e Silva falece em 1969 em virtude de uma trombose cerebral. Quem assume seu lugar é o general Eurico Garrastazu Médice. O governo do presidente general Médice individualiza-se pela forte opressão -

usando-se majoritariamente da violência - dos movimentos de oposição e pelo crescimento econômico proporcionado pelo "milagre". Dizia-se que a ideia era fazer a riqueza crescer e depois distribuí-la. Belo na teoria, esquecido na prática(FIGUEIRA, 2008). A máxima do governo Médice foi sintetizada por ele mesmo: "A economia vai bem, só o povo que vai mal".

Com a saída de Médice em 1974, quem assume o governo, é o general Ernesto Geisel. A ditadura estava desfazendo-se. Com o fim do milagre econômico em 1973 as insatisfações começaram a ressurgir. Geisel não era do grupo mais radical da ditadura e pretendia fazer uma reabertura "lenta, gradual e segura". Um importante passo para a retomada da democracia foi a revogação do AI-5, (Ato Inconstitucional 5) o governo não podia mais decretar o fechamento do congresso, cassar mandatos ou censurar a imprensa. (FIGUEIRA ,2005). A abertura lenta nada mais era do que uma estratégia para os militares retirarem-se sem grandes consequências do poder e passá-lo para o braço direito do regime, os políticos da ARENA(SHMIDT,2008). Geisel deu passos significativos para a abertura do regime, mas ele era um ditador, também cometeu barbáries e perseguiu inimigos políticos.

O general João Baptista Figueiredo, o último presidente do círculo militar, assume em um momento o destino da ditadura já se fazia claro. A crise econômica iniciada no final de 1973 começou a tomar proporções gigantescas, o crescimento econômico despencou, o PIB teve três anos consecutivos de quedas, a inflação saltou de 40,8% para 223,8%, no começo de 1985 a dívida externa simplesmente dobrou de 43,5 para 91 bilhões de dólares. Continuando o movimento de abertura política, o governo aprovou no congresso a reforma partidária que extinguiria o bipartidarismo (ARENA E MDB) e criaria novos partidos. O partido pró governo, Arena, passou a chamar-se Partido Democrático Social (PDS) e o partido de oposição MDB, passou a chamar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Outros partidos surgiram também, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado no ABC paulista. O ano de 1984 foi marcado por forte pressão popular através do movimento Diretas Já, porém, mesmo com o fervor da população as eleições foram indiretas. O escolhido para suceder o general presidente foi Tancredo Neves, que nunca assumiu devido a problemas de saúde que levariam ao seu falecimento. Quem assumiria o lugar de Tancredo era seu vice, José Sarney, ex presidente da Arena (FIGUEIRA ,2005).

Mesmo com a "*manhã nascendo e esbanjando poesia*", os militares não pagaram preço algum para com o povo depois do crime que cometeram. A liberdade do povo brasileiro não foi conquistada, foi dada, de um modo, lento, gradual e seguro, como Geisel planejou. Afinal quem assume a presidência após Figueiredo era o ex presidente da Arena, o braço direito civil da ditadura, os torturadores foram anistiados e os militares gozam de poderes excepcionais ainda em 2018. A inferência que devesse levar do regime militar é que o regime agravou as desigualdades sociais no Brasil, favoreceu a classe média e as elites, massacrou a esquerda - que era a oposição - brasileira. O desafio da Nova República era constituir um novo Brasil. Porém, o novo Brasil seria constituído pelos civis remanescentes da ditadura. Tem-se início também nessa fase o que ficou conhecido como "saga dos planos heterodoxos", onde houve vários pacotes de estabilização econômica, não cabe aqui analisar os pacotes econômicos e seus eventuais fracassos.

Em 1990 a cômica figura de Fernando Collor de Melo assume a presidência do Brasil. O "caçador de Marajás", como ficou conhecido na sua campanha, apesar de ser herdeiro de grandes empresas, optou pela política, - não causa estranhamento algum - passando a imagem de uma "novidade" diferente das velharias que estavam no poder. Collor prometeu acabar com a inflação "com um tiro só", prometeu também a moralização da vida pública e uma gestão voltada para a melhoria da população mais pobre, os "descamisados". O neoliberalismo, em alta na década de 90, foi a política econômica principal do governo Collor, abertura econômica, privatizações, descentralização do governo e austeridade. Esse pacote de maldades foi chamado de Plano Collor(1992). (FIGUEIRA, 2005)

Após o breve e turbulento período Collor, quem assume é o vice-presidente, Itamar Franco. Itamar continuou com o processo de privatizações iniciado no governo Collor e também reduziu as tarifas alfandegárias. O grande salto no governo Itamar, foi a criação do Plano Real(1994), primeiro plano capaz de acabar com a inflação inercial no Brasil, conduzido pelo poderoso ministro Fernando Henrique Cardoso, que devido a popularidade do Plano tornar-se-ia presidente da república em 1994. O Plano Real, controlou a inflação e melhorou superficialmente a distribuição de renda. EM 1993 os 10% mais pobres detinham 0,7% da renda

nacional, em 1997 detinham 1,1%. Em 1997 o 1% mais rico da população detinha 35% da renda nacional(SHMIDT,2008).

O governo FHC deu continuidade às políticas neoliberais dos seus antecessores - apesar de não declarar-se neoliberal - e críticos do governo diziam que as ligações de FHC com expoentes conservadores explicitaram a divergência de pensamentos dos seus tempos de professor e senador. O neoliberalismo desnacionalizou a economia e jogou o jovem Brasil no mar da concorrência. O país não tinha mecanismos suficientes para proteger-se da crise dos tigres asiáticos. No final de seu governo - FHC teve dois mandatos - a estima do presidente estava em frangalhos. Incapaz de lidar com o baixo crescimento econômico e o alto desemprego. Diferente do que foi vendido, a dívida pública estava gigantesca, desalinhado com o discurso das privatizações - para muitos, as empresas brasileiras foram vendidas por preços inferiores ao que realmente valiam - e apesar do governo ter distribuído terras, a reforma agrária estava longe de ser completada. Em 2002, as eleições são vencidas por Luís Inácio Lula da Silva. (SHMIDT,2008)

O governo do presidente Lula (2003-2011) caracterizou-se pela criação de uma estrutura híbrida, que incorporou forças sociais e políticas, que como viu-se historicamente, costumam ser forças antagônicas. Foi um governo bem sucedido, uma vez observados os indicadores econômicos do período. Mas nem tudo são rosas no mar, o governo do presidente Lula promoveu um loteamento da máquina pública, banalizou casos de corrupção, ficou aquém das promessas eleitorais e preocupou-se em acumular capital político.

Apesar de rasa e direta essa retrospectiva é essencial para fundamentar a continuidade dessa monografia. Observa-se que a democracia brasileira é frágil, pois quando os interesses da população ameaçam os privilégios das classes mais abastadas, o golpe de cima para baixo é a via de regra. Golpes respaldados pela "família, Deus e a Liberdade". A questão que será aprofundada doravante é como perpetua-se essa classe que se utiliza do seu status pecuniário destoante na realidade brasileira para fragilizar a democracia e escancarar a diferenças que assolam o Brasil. Para isso, precisa-se entender como a renda concentra-se no Brasil.

3 "MUITA TRETA PRA VINICIUS DE MORAES" - UMA ANÁLISE SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Compreende-se que a história brasileira é escrita pelas elites. Eles põem e tiram presidentes conforme seus caprichos. Será explorado agora o quanto a renda é concentrada no Brasil de acordo com os dados disponíveis para pontuar, quando necessário, a relação com as convulsões políticas e sociais do Brasil. Para melhor ilustrar, cabe aqui:

A história da desigualdade não é um mar de rosas. Ela é feita de inúmeras reviravoltas e, certamente, não se caracteriza por uma tendência inexorável e sistemática a um equilíbrio "natural". Na França, assim como em outros países, a história da desigualdade é sempre política e caótica, marcada por sobressaltos, por inúmeros movimentos sociais, políticos, militares, culturais - tanto quanto os propriamente econômicos - que embalaram o país ao longo desse período. A desigualdade socioeconômica e as disparidades de renda e de fortunas entre grupos sociais sempre foram causa e consequência de outros fatos e esferas: todas as dimensões estão inextricavelmente relacionadas entre si. É por isso que a história da distribuição de riqueza constitui, em todas as épocas, uma verdadeira fonte de leitura da história geral de um país.

Thomas Piketty

O Capital no Século XXI, página 268.

Assim como na França, o Brasil, em sua história, curta história, também passou por convulsões políticas e sociais, que tiveram impacto significativo na concentração de renda. Em suma:

A concentração no topo teve idas e vindas que, mesmo temporárias, foram significativas, coincidindo com os grandes ciclos políticos do país. A fração apropriada para o 1% mais rico aumentou durante o Estado Novo e a 2ª Guerra e caiu no imediato pós-guerra e, mais ainda, na segunda metade da década de 1950, tendência revertida depois do golpe militar de 1964, com uma volta ao patamar de duas décadas antes. Os anos 1970 foram marcados por instabilidade, mas a desigualdade cresceu novamente na década seguinte. Em seguida, houve alguma desconcentração até o fim da década de 1990 ou, talvez, meados dos anos 2000, e estabilidade desde então.

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013 - página 8

Adiante, apresentar-se-á o quadro econômico que esteve omissa na primeira parte deste trabalho. Infelizmente, devido à impossibilidade de compatibilização dos dados, a estratégia utilizada para observar a desigualdade não será homogênea. Entre 1889 e 1920 não há dados disponíveis para suportar a argumentação, logo, esse período será preenchido com dados "tangenciais". Porém, de 1920 a 2013, o trabalho que será utilizado é *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013* do autor: Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza. Que venceu o prêmio de melhor tese de doutorado apresentada em 2016. O período de 2001 a 2015 terá um olhar mais específico sobre a concentração de renda, que contemplará o todo da distribuição socialmente.

3.1 - 1889-1926: INTERPRETAÇÕES GROSSEIRAS

A falta de dados para basear a concentração de renda do Brasil em série histórica mais longa impede uma análise exata da condição da desigualdade no

período. O que veremos adiante é que embora progressos tenham sido alcançados, a concentração de renda no topo, permaneceu praticamente inalterado no período republicano no Brasil. O que resta, é exemplificar, como o progresso econômico do Brasil foi excludente.

Um ano após o término da escravidão, o Brasil tornar-se-ia uma república, porém, as velhas práticas de exclusão social seriam mantidas. Para elucidar a afirmação:

A República traria consigo a necessidade de garantir outras práticas de exclusão, dado que a cidadania perdera suas últimas raízes de privilégios corporativos para tornar-se uma prerrogativa universal dos brasileiros natos. É verdade que a exigência constitucional do voto alfabetizado restringia severamente a participação política dos brancos pobres e dos descendentes de africanos, mas não fornecia as bases ideológicas que pavimentariam uma nova hierarquia do mundo social.

Alexandre de Paiva Rio Camargo

Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente, Página 368

Como já foi pontuado no capítulo anterior, a passagem do império para a república, não carregava em si nenhum valor democrático, tão menos de igualdade. Não houve um ímpeto de repensar a sociedade brasileira, houve apenas um aumento na população excluída, que antes era a escrava, que passou a ser a população pobre.

O que pudesse deduzir sobre concentração de renda, graças à contribuição de Celso Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil* é:

Não existindo nenhuma pressão da mão-de-obra no sentido da elevação dos salários, ao empresário não interessava substituir essa mão-de-obra por capital, isto é, aumentar a quantidade de capital por unidade de mão-de-obra. Como os frutos dos aumentos de produtividade revertiam para o capital, quanto mais extensiva fosse a cultura (de café), vale dizer, quanto maior fosse a quantidade produzida por unidade de capital imobilizado, mais vantajosa seria a situação do empresário. Transformando-se qualquer aumento de produtividade em lucros, é evidente que seria sempre mais interessante produzir a maior quantidade possível por unidade de capital, e não pagar o mínimo possível de salários por unidade de produto. A consequência prática dessa situação era que o empresário estava sempre interessado em aplicar seu capital novo na expansão das plantações, não se formando nenhum incentivo à melhora dos métodos de cultivo.

Celso Furtado

Formação Econômica do Brasil, página 233

Notamos que, mesmo com o crescimento econômico do ciclo do café no Brasil, não havia interesse do empresário fazer qualquer tipo de incremento no salário do trabalhador. Sintetizado por Furtado:

Em síntese, os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão-de-obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade. Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aqueles enquanto estes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da renda territorial tendia a aumentar. [...] Destarte, o processo de concentração de riqueza, que caracterizava a prosperidade, não encontrava um movimento compensatório na etapa de contração da renda

Celso Furtado

Formação Econômica do Brasil, página 239

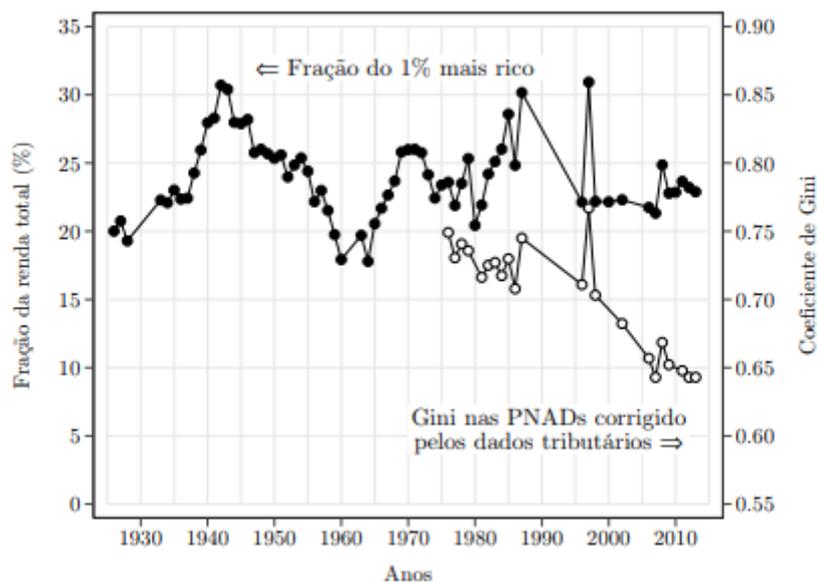
O que pudesse afirmar sobre o período imediato pós proclamação da república é que apesar do crescimento econômico, como via de regra, a renda concentrou-se ainda mais.

3.2 - 1926-2001: DITADURAS BENEFICIAM OS MAIS RICOS

Doravante, analisar-se-á a concentração de renda apenas no topo da pirâmide social: o 1% mais rico. Graças ao estudo feito por Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, foi possível lançar uma luz sobre a magnitude da concentração de renda no Brasil no século passado. Os números foram elaborados com base nas declarações de imposto de renda. Vale lembrar que os resultados são inverificáveis e estão sujeitos a erros.

O primeiro gráfico a ser apresentado

Gráfico 1: Fração do 1% mais rico e coeficiente de Gini corrigido pelos dados tributários – Brasil, 1926–2013



Fonte: A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. Página 215

Como observa-se no gráfico 1, o 1% mais rico, absorve - com flutuações - um terço da renda total. Destaca-se aqui, que apesar da concentração aumentar em meados da década de 1990, devido às políticas neoliberais, outros dois momentos de concentração extrema de renda são os ciclos antidemocráticos: Estado Novo (1937-1945) e Ditadura Militar (1964-1985). As ditaduras, coincidentemente, favoreceram os mais ricos. A concentração de renda, provavelmente desfavorece, o desenvolvimento da democracia. Sobre o coeficiente de Gini, o próprio autor presta as explicações cabíveis:

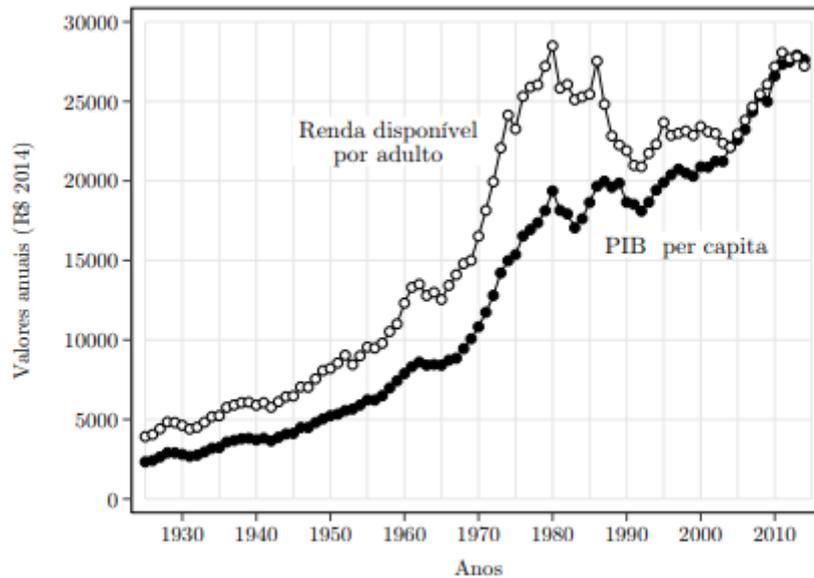
O coeficiente de Gini corrigido pelos dados tributários mostra um quadro mais positivo. Há uma tendência de queda desde a segunda metade dos anos 1970, que se torna mais pronunciada a partir da década de 1990 e persiste até meados dos anos 2000, estabilizando-se depois de 2006. Há sim, nesse caso, uma força estrutural de longo prazo em ação: a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho, ao diminuir o percentual de adultos sem rendimentos próprios, contribuiu decisivamente para a redução do Gini. Entre 1976 e 2013, o percentual de mulheres com 20 anos ou mais com rendimentos próprios de qualquer fonte subiu de quase 35% para mais de 76%, enquanto o dos homens encolheu de 93% para 89%. Esse processo paulatino colaborou para derrubar o Gini até em momentos em que a desigualdade no mercado de trabalho piorou, como na década de 1980.

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013 - página 215

Como Furtado, brilhantemente observou mesmo sem os dados econômicos necessários, apesar do crescimento da renda, não houve uma "desconcentração" da mesma, como observa-se no gráfico 2.

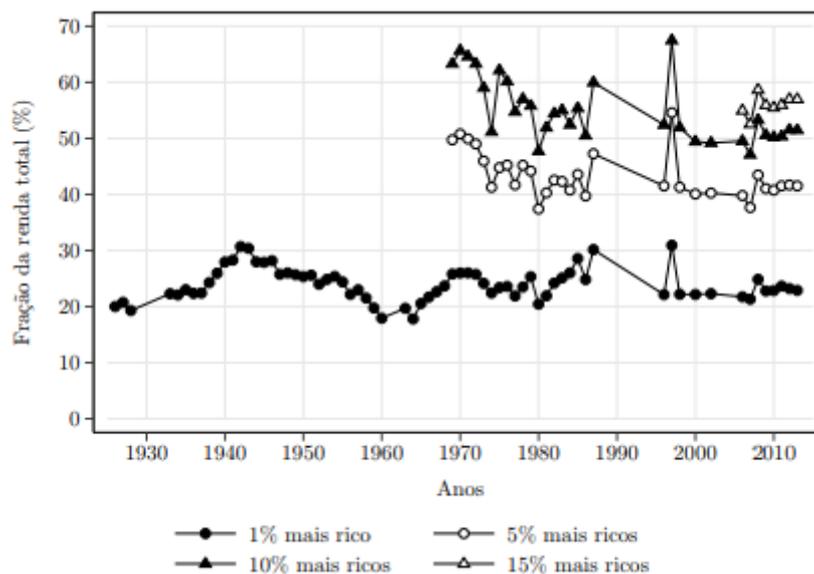
Gráfico 2: PIB *per capita* e renda disponível per capita (R\$ 2014) – Brasil, 1925–2014



Fonte: A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. Página 217

Comparando o gráfico 1 e 2, podemos concluir que mesmo com o crescimento praticamente contínuo do PIB *per capita*, a fração da renda capturada pelo topo da pirâmide social, continuou praticamente inalterada. O crescimento econômico, por si só, não é capaz de alterar as estruturas sociais de um país. O bolo cresce, mas nunca é dividido.

O gráfico 3, explicita que quando mais afunila-se a estrutura social, mais nítida fica a concentração de renda. Os resultados apresentados no tópico 2.2 e 2.3 apresentam resultados semelhantes, apesar de serem elaborados por pesquisadores e métodos ligeiramente diferentes.



Fonte: A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. Página 221

O autor, ressalta ainda que:

A permanência desses altos níveis de desigualdade não nos deve fazer perder de vista as tumultuosas mudanças que, mesmo sem se traduzirem em tendências seculares, produziram flutuações consideráveis nas frações apropriadas pelos mais ricos. No caso do 1% mais rico, há três períodos de clara elevação da desigualdade, sendo dois deles correspondentes à instauração das duas ditaduras vividas pelo país no século XX: a fração do centésimo mais rico aumentou durante o Estado Novo (1937–1945), principalmente durante a 2ª Guerra Mundial, e após o golpe militar de 1964. O terceiro período coincidiu com outro momento dramático: a crise econômica e política dos anos 1980. Nesse caso, a escalada da inflação introduz algum ruído nos resultados, possivelmente levando a uma superestimação do aumento da desigualdade.

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013 - página 223

Outra observação importante é:

Em contrapartida, houve um período longo de queda da desigualdade durante o interregno democrático de 1945 a 1964, com particular intensidade logo após o fim do Estado Novo e da 2ª Guerra e na segunda metade dos anos 1950, época marcada pela presidência de Juscelino Kubitschek (1956–1961). Além disso, houve também um recuo mais tímido da concentração no 1% mais rico em meados dos anos 1970, quando o país vivia os últimos anos do dito “milagre econômico”. Uma nova queda significativa ocorreu em algum momento entre 1987 e meados dos anos 1990, só que não há dados disponíveis para averiguar seu timing preciso. Depois disso, o quadro é menos definido em função das imputações para 1996–1998, 2000 e 2002 e porque só a partir de 2006 temos tabulações ordenadas pelos rendimentos totais, não sendo possível descartar nova redução leve da concentração no topo até meados dos anos 2000. Na última década, o cenário é de relativa estabilidade da fração do 1% mais rico, com um leve aumento nos últimos anos da série.

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013 - página 223

Conforme explicitado, há uma tendência à concentração de renda em período não democráticos. As limitações do estudo permitem ver apenas a dinâmica da renda no topo, devido à escassez de dados para tal, nas dimensões inferiores da sociedade - em renda. A seguir, as proporções da desigualdade entre super ricos e pobres serão analisadas em sua totalidade.

3.3 - 2001-2015: O PASSADO PRESENTE

Nas últimas décadas são inegáveis os avanços do Brasil no combate à desigualdade de renda, entre 1988 (ano da nova constituição) até 2015 reduziu-se de 37% a 10% a parcela da população brasileira abaixo da linha de pobreza. Porém, o topo da pirâmide da renda continua fixo. (GEORGES, MAIA 2017)

Como a renda será analisada por remunerações de capital e trabalho, a desigualdade é resultante da disparidade da distribuição do capital e trabalho individualmente. Uma regularidade observada é que a desigualdade na remuneração do capital é sempre mais forte que no trabalho - o que aumenta a desigualdade total - e que é difícil até certo em saber se quem não recebe remuneração do capital também não recebe altos salários. (PIKETTY, 2014)

Para entender as diferenças, antes precisa-se definir os recortes que as classificarão. A análise rodará em torno de quanto a classe baixa - 50% mais pobre - a classes do meio - 40% do meio - e a classe alta - os 10% do topo - dividem o montante da renda gerada entre si. Os nomes das "classes" são apenas para critério ilustrativo, porém importante, não é incomum pessoas que classificam-se como classe do meio estarem nos 10% superior.(PIKETTY, 2014)

A tabela 1 mostra a renda média anual para diferentes grupos populacionais Para Brasil, Estados Unidos e França, onde os dois últimos são considerados desenvolvidos. A estrutura da desigualdade no Brasil retrata um país radicalmente desigual. Embora a renda média da população do Brasil seja metade da renda média da França e um terço da renda média americana os 50% mais pobres ganham, aproximadamente, um quarto em comparação aos dois países. Os 40% do meio ganham aproximadamente um terço comparado a França e um quinto comparado aos Estados Unidos, porém, quando se analisa os 10% mais ricos, o Brasil aproxima-se da França, com uma diferença de apenas 20% na renda, porém, os EUA disparam em termos de concentração de renda. No 1% mais rico, o Brasil ultrapassa a França em termos de concentração e no 0,1% a diferença sustenta-se. Ao analisar o topo da pirâmide da renda, a média de renda brasileira é quase 4 vezes superior que a francesa. (MORGAN, 2017)

TABELA 1 - Renda média no Brasil, França e Estados Unidos: 2014

Grupos de renda (distribuição de renda por adulto antes dos impostos)	Brasil (2014 Euros PPP)	França (2014 Euros PPP)	EUA (2014 Euros PPP)
População Total	€ 15,178	€ 32,688	€ 49,509
50% inferior	€ 4,339	€ 14,692	€ 12,422
40% do meio	€ 11,799	€ 36,691	€ 50,054
10% superior	€ 82,888	€ 106,660	€ 232,767
1% superior	€ 417,723	€ 352,921	€ 1.000.041
0,1% superior	€ 1.942.834	€ 1.208.114	€ 4.614.051
0,01% superior	€ 8.917.436	€ 4.226.609	€ 21.550.391
0,001% superior	€ 41.670.588	€ 12.894.262	€ 94.063.272

Nota: A unidade é o adulto individual (20 anos e acima, a renda do casal foi dividida por dois). Em 2014 1 Euro = 2,32 Reais (Paridade do Poder de Compra). A renda corresponde a Renda Nacional antes dos impostos. Os grupos são definidos pela relação da quantidade total de adultos individuais na população. As estimativas foram corrigidas pelas contas nacionais, pesquisa de domicílios (PNAD) e por dados fiscais (DIRF)

Fonte: Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Account, Surveys and Fiscal Data.

Para Thomas Piketty, a maior inovação do século XX foi a criação de uma *classe média patrimonial*, que em suma, significa que pela primeira vez na história, criou-se um meio termo entre os super ricos e os super necessitados. Antes do século XX os 40% do meio eram tão pobres quanto os 50% de baixo. Porém, não observa-se no Brasil a criação dessa classe média pujante. Para elucidar essa situação, deve-se ter um parâmetro de comparação.

Na tabela 2 explicita-se a comparação da fatia da renda que cada grupo da população se apropria. Até que ponto a desigualdade pode ser considerada justa é um conceito pessoal e para muitos dogmático. Como efeito de comparação, considera-se os países escandinavos entre a década de 1970-80 como um modelo de desigualdade suave, onde os 10% mais ricos detinham 25% da renda nacional total. Para uma desigualdade média, considera-se a Europa no ano de 2010, onde os 10% mais ricos detém 35% da renda nacional. Para os casos de desigualdade acentuada e muito acentuada usa-se os EUA como referencia, onde os 10% mais

abastados capturam, respectivamente 50% e 60% da renda nacional total. (PIKETTY, 2014)

TABELA 2 - Desigualdade total da renda no tempo e espaço

Distribuição em diferentes grupos de renda	Desigualdade suave (≈ países escandinavos, anos 1970-80)	Desigualdad e média (≈ Europa 2010)	Desigualdade acentuada (≈ Estados Unidos 2010; Europa 1910)	Desigualdade muito acentuada (≈ Estados Unidos 2030?)	Brasil* (≈ 2015)
50% inferior	30%	25%	20%	15%	14%
40% do meio	45%	40%	30%	25%	30%
10% superior	25%	35%	50%	60%	56%
1% superior	7%	10%	20%	25%	28%

*A unidade de observação para toda a série é igualmente dividida entre adultos. Estimado através das séries de renda nacional combinando survey data e declarações de impostos e com dados não fiscais das contas nacionais.

fontes: Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Account, Surveys and Fiscal Data. O Capital no Século XXI, Thomas Piketty, 2014.

Evidencia-se a forte concentração de renda do Brasil. O Brasil está próximo do caso muito acentuado, chegando a superar a concentração no 1% superior. Os 50% mais pobres receberam apenas 14% da renda nacional em 2015. Isso significa que quem 1% da população - aproximadamente 1,4 milhões de pessoas - recebe 28 vezes a renda média nacional. (MORGAN, 2017).

TABELA 3 - Crescimento da renda, recessão e desigualdade no Brasil: 2001 - 2015

Distribuição em diferentes grupos de renda	Crescimento total acumulado (2001-2015)	Fração capturada do crescimento (2001-2015)	Average incomes hare	Crescimento total acumulado (2001-2007)	Crescimento total acumulando (2007-2015)	Crescimento total (2013-2015)
População total	18,2%	100,0%	100,0%	10,4%	7,1%	-6,5%
50% inferior	29,9%	20,7%	13,3%	15,2%	12,7%	-8,2%
40% do meio	9,2%	16,7%	31,4%	6,3%	2,7%	-7,8%
10% superior	21,0%	62,5%	55,3%	11,7%	8,3%	-5,4%
1% superior	27,9%	40,1%	27,9%	19,1%	7,3%	-4,2%
0,1% superior	25,3%	17,9%	13,3%	17,3%	6,9%	1,5%
0,01% superior	19,3%	6,8%	6,4%	20,2%	-0,8%	9,2%
0,001% superior	13,8%	2,4%	3,1%	28,7%	-11,6%	18,2%

Nota: distribuição da renda nacional dividida igualmente entre adultos e antes dos impostos. A unidade é o adulto individual (20 anos ou mais; a renda dos casais foi dividida igualmente em dois). A renda corresponde a Renda Nacional antes dos impostos. Os grupos são definidos pela relação da quantidade total de adultos individuais na população. As estimativas foram corrigidas pelas contas nacionais, pesquisa de domicílios (PNAD) e por dados fiscais (DIRF)

A tabela 3 mostra como os grupos de renda apropriaram-se do crescimento econômico brasileiro entre 2001 e 2015. A renda por adulto cresceu em média 18,2% para a população como um todo. A classe do meio foi a única classe que cresceu menos, 9,2%, que a média do crescimento total. A classe baixa, registrou um crescimento acima da média, e o maior crescimento no período observado de 29,9%. No período analisado, os 10% superiores, tiveram um acréscimo de 21% na sua renda. Apesar do crescimento das classes baixas, a fração total do crescimento capturado pelas classes altas é extremamente desproporcional, com os 10% superiores capturando 63,5% do crescimento do período e com o 1% superior capturando 40% do crescimento econômico total. Os 1,4 milhões mais ricos do Brasil mordreram a maior fatia do crescimento da renda no período, enquanto os 70 milhões mais pobres absorveram apenas 20,7%. As classes do meio, por sua vez,

absorveram 16,7%. A tabela 3 também apresenta o crescimento pré e pós a crises econômica global (2008). Entre 2001 e 2007, todos os grupos vivenciaram um crescimento rápido de suas rendas, nesse mesmo período observa-se o fraco desempenho da classe do meio. Entre 2007 e 2015 o crescimento da renda foi diverso para os diferentes grupos. Os super ricos - 0,01% e 0,001% da população - tiveram taxas de crescimento negativas no período, que reflete os efeitos da crise financeira internacional para aqueles que tem capitais demasiadamente voláteis. A última coluna mostra os efeitos da crise interna brasileira sobre o crescimento da renda para os diferentes grupos. A crise recente teve efeitos mais danosos no desenvolvimento da renda brasileira do que a crise internacional. O crescimento foi negativo para quase todos os grupos de renda observados com exceção dos super ricos, com o 0,001% da população tendo um crescimento na sua renda de 18,2%. Esse crescimento explica-se pelo fato que essa parcela privilegiada da população, dispões de mais meios para amenizar as flutuações econômicas, mais canais de recebimento de renda e controle sobre a renda de outros grupos. (MORGAN, 2017)

A concentração de renda e riqueza não é uma tendência exclusivamente brasileira. Na atualidade, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%. Riqueza é um termo utilizado para referir-se bens materiais como imóveis ou propriedades e bens financeiros como aplicações e ações. A desigualdade de riqueza no Brasil é ainda mais preocupante, considerando que o 0,1% mais rico concentra 48% da riqueza nacional e os 10% mais ricos ficam com cerca de 74%. Hoje, 6 brasileiros possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da população - 100 milhões de pessoas. Entre 2000 e 2016 o número de bilionários brasileiros triplicou de tamanho, chegando em 31. Porém, desse número, 16 herdaram suas quantias. (GEORGES, 2017)

Após ter-se elucidado a grandeza da desigualdade de renda, a questão não evidente, mas importe que se levanta é: até que ponto os detentores dessas quantias astronômicas exercem influência dentro do ambiente democrático de forma que os beneficiem, mas prejudiquem o bem estar social?

Para elucidar:

Segundo Cole, “a democracia abstrata das urnas” não envolvia uma igualdade política real; a igualdade de cidadania implícita no sufrágio universal era apenas formal e obscurecia o fato de que o poder político era dividido com muita desigualdade. “Os democratas teóricos”, dizia ele, ignoravam “o fato de que grandes desigualdades de riquezas e de posição social, que resultavam em grandes desigualdades de educação, poder e controle do ambiente, são necessariamente fatais para qualquer democracia verdadeira, seja em política ou em qualquer outra esfera”.

Nayara F. Macedo de Medeiros - Concentração da riqueza e democracia: os efeitos políticos da desigualdade material.
Página 46

Nesse contraste de concentração de renda extrema, não é incomum os ricos tenham ainda mais privilégios do que o acúmulo da renda. Eles são praticamente acima da lei. No Brasil, segundo dados da Oxfam - organização mundial que estuda a desigualdade - em 2016 o país deixou de arrecadar 271 bilhões de reais em renúncias fiscais. Isso é só uma das características da concentração de renda. Quando o irlandês Marc Morgan veio ao Brasil em maio desse ano ele fez a seguinte crítica: 'Como é possível defender a narrativa de meritocracia quando o Brasil é o país que menos taxa herança?'. No Brasil, hoje o imposto sobre a herança é de 8%, mas em média é cobrado apenas 4%. Em outros países como os EUA, Japão e Europa Ocidental, essa taxa gira em torno de 25% a 40%. Ainda, para Morgan: "Se você concentra renda nas mãos de poucas pessoas, qual é o sentido da democracia? Qual é o sentido do processo eleitoral? Neste sentido, a política acaba se tornando um jogo de R\$ 1 por voto, de US\$ 1 por voto, em vez de uma pessoa por voto".Essas evidências, aliadas com os dados econômicos que explicitam a concentração de renda no Brasil, e a história democrática oscilante brasileira, são indícios que no Brasil, enquanto não resolver-se o problema com a desigualdade social, a democracia não será representativa. (BBC BRASIL, 2018) Doravante, veremos os meios de legitimar o *establishment* brasileiro.

4 "OS RICOS FARÃO TUDO PELOS POBRES, MENOS DESCER DE SUAS COSTAS" - A ESFERA PÚBLICA E HOMOGENIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

A partir daqui, ligar-se-á a história e a economia de modo mais palatável, mas para isso precisa-se reinterpretar as divisões de renda aplicadas no tópico anterior desta monografia. Entende-se como elite o 1% que concentra mais renda, esse 1% é o que dispõe dos mecanismos necessários para fragilizar as instituições democráticas, mecanismos esses que não são apenas os econômicos. O conceito de classe média não convergirá como o usado no tópico anterior - classe do meio -, pois os recortes e subdivisões da classe média brasileira contemplam vários aspectos que não devem ser transcorridos aqui. O desenho que deve ser preservado doravante de classe média, não é o justificado apenas monetariamente, mas abrange também os costumes e hábitos dessa classe que é a testa de ferro da elite, que vai para às ruas trajando verde e amarelo e que legitima as agressões a democracia por parte da elite. A classe baixa é a maior classe do Brasil, e aqui ela irá absorver parte da fatia da classe do meio. A consequência prática disso, adiante, será a elite, o 1% mais rico, a classe média que enfeuda-se na elite e a classe baixa, que detém um conhecimento prático e é menos suscetível a falácias da *elite do atraso*.

O ponto central da análise adiante será a escravidão e seus efeitos e como base para a formação política e moral do Brasil. Adotando esse ponto de partida para entender o Brasil contemporâneo, exclui-se automaticamente a ideia, hoje difundida de continuidade com Portugal. Os males que assolam o Brasil não são heranças de uma terra distante que nunca conhecemos. O problema central não será a corrupção, herdada de Portugal, mas o abandono secular de classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas. (SOUZA, 2017)

Até o presente, não houveram grandes tentativas de inserção dos escravos dentro da sociedade. Os escravos foram mantidos cativos durante mais ou menos 350 anos. A dominação do homem pelo homem não é feita apenas através da força, há também a dominação psicológica de subjugar, o convencimento que o dominado é inferior ao dominar e o trabalho do dominado é a marca da sua vergonha, a estigma da sua condição de humilhado e animalizado. Porém, o dominador também tem em si o sentimento de superioridade e de que ele, realmente é superior ao dominado. Tem-se aqui, a origem do ódio pelos pobres, conservado pela elite, que

domina a sociedade brasileira até hoje. Como já foi pontuado nesta monografia, não foi a boa vontade que promoveu a libertação dos escravos e os senhores, hoje travestidos de empresários, continuam não tendo nenhum outro sentimento se não ódio pela "ralé dos novos escravos", as classes baixas. No primeiro momento pós abolição, os escravos foram lançados na nova estrutura social brasileira que formava-se com base na concorrência individual, o detalhe é que muitos não sabiam ler, não podiam ter famílias e sempre foram vítimas da violência sem limites dos senhores. Justo com isso começa o programa de imigração brasileiro que visa trazer os europeus para Brasil. Os europeus, além de preferidos pelos os estratos mais altos da sociedade, tem em si o amor pelo trabalho, enquanto para o escravo o trabalho era a marca da sua vergonha. Cria-se então uma classe sem auto estima, com carências cognitivas, afetivas e morais. Essa "ralé de novos escravos", continua sendo explorada, uma vez que o conhecimento obtido durante a vida de nada serve para as funções que eles exercerão, já que caracteristicamente, são valorizados apenas pela sua força muscular, comum a todos os animais e a capacidade de fazer movimentos repetitivos, como as domésticas, motoboys, faxineiras, cortadores de cana, etc. Por conta disso, essa classe continua sendo animalizada e explorada, reduzida ao corpo, que representa o que de mais baixo na escala valorativa do Ocidente. (SOUZA, 2017)

O ódio covarde, apontado antes apenas ao escravo, passa agora a ser apontado para a classe baixa, independente da cor: "a ralé dos novos escravos". A classe média, surgiu com a industrialização incipiente no início do século XX. A casta dos *white collar*, dos serviços administrativos do mercado, do comércio de finanças, dos serviços públicos, etc. Classe essa, que é a massa de manobra da elite, que, em 1964, proveu A Marcha com Deus e com a Família pela Liberdade, os mesmos que foram às ruas trajando verde amarelo e gritando a todo pulmão que queriam o fim da corrupção. Porém, os escândalos de corrupção que eclodem - sempre mostrados timidamente pela mídia - envolvendo membros principalmente do PSDB e do MDB, não tiveram respaldo social, não tiveram paneladas, áudios vazados, nada. O que levou as classes médias às ruas não foi a indignação com a corrupção, foi o ódio pela ascensão *light* das camadas mais pobres. (SOUZA, 2017)

O que tem que ser explicado agora, é como a elite, que detém o capital econômico, conseqüentemente, sobrepõe suas vontades na economia, passa a

exercer poder de modo indireto também no mundo social e político pela construção da opinião pública. A elite traveste seus interesses de proprietários de interesse geral, para garantir a manutenção permanente de seus privilégios. Apesar de dispor do aparato necessário para o controle da opinião pública - a imprensa na forma de: jornais e editoras - a tarefa é árdua. A reprodução do capital em escala ampliada, precisa ser legitimada, politicamente e moralmente para reproduzir-se *ad infinitum*. (SOUZA, 2017)

Essa manipulação é a espinha desta monografia, e através do entendimento dela, entender-se-á também a concentração de privilégios, na forma de dominação econômica e social através do tempo, fazendo a democracia indiferente aos interesses do povo. Para isso, incluir-se-á o conceito de *esfera pública*. A esfera pública, o cerne de como a elite pratica o exercício de sua dominação dentro da sociedade brasileira. A classe média, como já foi configurado anteriormente, é a tropa de choque da elite do dinheiro. Isso só é possível graças porque, através da esfera pública, a elite pode usar os medos e anseios da classe média contra ela mesmo. O sociólogo alemão Jurgen Habermas define a esfera pública com uma terceira via, que não confunde-se com o mercado ou Estado. Inicialmente, parte-se da interpretação da palavra "público":

O sentido moderno de público começa a desenvolver-se em combinação com fatores materiais e simbólicos novos, que se constituem no alvorecer da modernidade. Desde o início, a categoria de público se mostra intimamente ligada à categoria de privado. É apenas a partir da delimitação de uma esfera privada inviolável do indivíduo que temos a possibilidade de perceber a novidade do sentido moderno de público. Uma primeira forma de privacidade com implicações públicas óbvias dá-se a partir da privatização da fé. A liberdade de confissão, duramente conquistada em guerras sangrentas, aponta para uma primeira forma de liberdade privada. Esse é o primeiro passo para a constituição daquilo que Habermas irá chamar de esfera pública, ou seja, de uma esfera composta de sujeitos privados com opinião própria, o que assegura a possibilidade da contraposição coletiva a decisões discricionárias do poder público.

Ainda:

Desse modo, liberdade pública é indissociável da liberdade privada. O que Habermas chama de esfera pública nasce da redefinição dos lugares do público e do privado, formando, o Estado e a pequena família burguesa, as duas instituições fundamentais de cada um desses respectivos espaços. Além da liberdade de confissão como antecedente principal da liberdade de consciência tipicamente burguesa, temos fatores materiais importantes em jogo. Acima de tudo, a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial engendra toda uma infraestrutura de novas formas de transporte e de troca de informações. Na esteira da troca de mercadorias, desenvolve-se, concomitantemente, um aumento correspondente de troca de informações, de início dirigidas a um público restrito de comerciantes com notícias de interesse profissional.

Jesse Sousa - A Elite do Atraso, página 68

Uma esfera pública de conteúdo não estatal firma-se, no entanto, quando a imprensa deixa de ser apenas um meio de comunicação do Estado para tornar-se um meio de comunicação de agentes privados individuais, um fórum. Esse fórum formado por pessoas com capacidade de julgar e criticar, introduz a ideia de legitimidade política. O que é de público, agora precisa provar-se argumentativo enquanto tal. O início do crescimento das cidades pulveriza a institucionalização da esfera pública, através de cafés, clubes e salões: nasce assim a esfera pública burguesa. Os ideais burgueses disseminam-se na sociedade como um todo, a própria ideia de soberania popular como forma de legitimação política nasce aí. O ponto principal da tese de Habermas é que além do poder do dinheiro e da violência física e simbólica, o exercício do poder político deve também legitimar-se discursivamente. Cria-se uma nova forma de dominação social. Mesmo a esfera pública tendo difundido a luta de classes, os valores burgueses, alinhados com a ideia de liberalismo econômico, passam a exercer cada vez mais espaço no imaginário público - reproduzido sem questionamento hoje em dia - e passam a

formar um contexto funcional, estimulado pela acumulação e concentração ampliada de capital, de impulso as privatizações. Paralelamente a indústria começa a produzir, além de bens físicos, bens simbólicos, a indústria torna-se uma "indústria cultural", a lógica da acumulação de capital toma outra forma. (SOUZA, 2017).

Melhor descrita:

A esmagadora maioria dos produtos da indústria cultural e da mídia não se dirige ao conhecimento, que transforma e emancipa o sujeito, mas sim ao reconhecimento de estereótipos, clichês e chavões, que reproduzem o mundo e os interesses que estão ganhando. O clichê político dos jornalões e da TV brasileira, em época recente, de chamar de “chavismo” e “bolivarianismo” qualquer crítica a si mesmo ajuda em que a reflexão? As novelas, filmes de grande bilheteria, livros de autoajuda e *best-sellers* que repetem as mesmas fórmulas gastas e repetitivas de provocar seu público ajudam em que a reflexão verdadeira? [...] O público, deixado indefeso, é presa fácil de todo tipo de manipulação. A ameaça aqui é uma invasão dos imperativos da esfera econômica sobre a esfera pública, transformando sua racionalidade específica em mero bem de consumo econômico ou de manipulação política. [...] sua racionalidade específica tem a ver com uma discussão de argumentos que se opõem e que almejam produzir convencimento refletido. É apenas a exposição a argumentos opostos que pode permitir ao sujeito construir sua própria opinião. Ao se expor às razões conflitantes, o sujeito é instigado a perceber sua própria inclinação e quais argumentos lhe parecem mais justos e verdadeiros. É esse convencimento refletido que pode produzir aproximações sucessivas ao objetivo de unir verdade com justiça. Esse é o objetivo declarado da esfera pública, tanto que a manipulação da grande imprensa entre nós não pode se assumir enquanto tal. Ela tem que fazer de conta que é plural e argumentativa. Essa é sua legitimação explícita.

Jesse Sousa - A Elite do Atraso, página 71.

A esfera pública, que deveria ser um meio democrático de acesso a informação passa a ser uma difusora da exploração do trabalho, privatizações e

maximização do lucro. As pessoas, imbecilizadas por uma exposição contínua através da imprensa a essas ideias, passam a adotá-las como suas, sem entender que isso é contra seus melhores interesses. Esse contexto, foi a conjuntura que fomentou a reformulação da imprensa - incluindo meios televisivos - europeia, que tinha como objetivo criar uma oposição contra os interesses puramente econômicos difundidos pela imprensa vigente na época, criando uma atmosfera de discussão plural. Esse modelo foi o começo da televisão pública - não confundir com Estatal -. No Brasil, infelizmente os meios televisivos desenvolveram-se unicamente como conglomerados puramente comerciais. A difusão da argumentação torna-se unilateral, difundindo apenas o conteúdo que beneficia a elite e o cidadão comum perde a possibilidade de construir suas opiniões de maneira independente a partir dos diversos pontos de vista de uma discussão sobre temas políticos, sociais e econômicos. A semelhança de opiniões desenha um público sem padrão ou noção de comparação e sujeito a todo tipo de manipulação. (SOUZA, 2018).

A colonização da esfera pública pela Elite endinheirada foi planejada justamente para a elite justificar seus fins; proliferar ideias para um público adestrado, que às recebe como se fossem ideias públicas, que as intenções são as melhores para promover o bem estar social. Não são. Dessa forma a elite pecuniária obtém a legitimação social necessária - através de manifestações - para cometer os maiores crimes contra a democracia, como foi discorrido na primeira parte desse trabalho; o apoio ao fascismo de Vargas, o golpe de 1964, o golpe de 2016, privatizações das riquezas enérgicas, das grandes empresas Estatais, das chacinas cometidas contra o povo pobre e tanto outros crimes que são aplaudidos pela multidão bestializada. A elite pecuniária, é o verdadeiro problema da democracia, que mantém seres humanos sem acesso a educação e saúde pública e usa-se da polícia como instrumento de intimidação, uma força violenta e combativa contra a maior parte da população. Que elege os candidatos que melhor a representam, elitizando a política. O distanciamento do perfil do perfil da classe política do povo é um reflexo das pretensões da elite. Em 2014, o Brasil elegeu o parlamento mais rico da história. Quase metade dos deputados tinha patrimônio superior a 1 milhão de reais, composto por quase 80% homens brancos.(GEORGES, MAIA 2017) Na segunda parte dessa monografia, observou-se que a renda média anual da população brasileira é de aproximadamente R\$ 30.000,00. Formou-se uma Estado

"democrático" incapaz de dialogar com o povo, e nas tentativas de inserir o povo na discussão política e de tirar a população pobre da marginalidade dando-lhes o mínimo de condições para uma vida menos humilhante, o espectro do exército plaina por cima do Estado, livre.

5 "ELES QUEREM MUROS, EU PREFIRO PONTES" - CONCLUSÃO

A história democrática brasileira é curta e manca. Poucos presidentes terminaram seus mandatos, e a concentração da renda, embora oscilante, permaneceu toda a história democrática observável, em patamares altos. A comparação, utilizada por Piketty para ilustrar uma concentração de renda extrema, é a realidade brasileira em quase todo seu período democrático: o 1% mais rico retendo aproximadamente um terço da renda total do país. A câmara dos deputados, em 2014, foi a maior renda em 50 anos. Os representantes políticos da população brasileira, estão mais próximos do 1% mais rico, do que os demais 99% da mais pobres da população.

Como pontuou-se na terceira parte desta monografia, o ódio, primeiramente dirigido ao escravo, depois às classes pobres, caracterizadas por serem animalizadas, como força de trabalho puramente braçal, semelhante aos animais; explica a ausência e os fracassos das tentativas de inclusão social da "ralé dos novos escravos". A história, nos joga alguma luz nesses momentos: o primeiro deles, em 1964, quando João Goulart propôs reformas de base para socializar os excluídos - com destaque para a reforma agrária - culminou no golpe militar de 1964. A democracia, só voltaria a ser exercida com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello. Nos 21 anos de ditadura militar no Brasil, movimentos sociais foram perseguidos, sobre a alcunha de serem comunistas, e o discurso do governo - aparentemente atemporal - foi a proteção da família, da pátria e de Deus. Em 2016, após mais de uma década de inclusões sociais, através de cotas para negros, programas habitacionais, políticas de redistribuição - *light* - de renda e outros programas com o intuito de dar as mínimas condições de vida aos excluídos, vemos a famosa frase de Karl Marx na prática: "a história acontece na primeira vez como tragédia, a segunda como farsa". Um golpe institucional tira a presidenta eleita Dilma Roussef do poder, mesmo posteriormente tendo sido comprovado que a mesma não participou das "pedaladas fiscais". Dois anos depois, o candidato da extrema direita Jair Bolsonaro, admirador da ditadura militar de 1964; reproduzidor do discurso família, pátria e liberdade; e promotor de ideias que visam a perseguição de movimentos sociais, é, democraticamente, eleito presidente.

A legitimação dos atentados à democracia surgiram das ruas. Nesse aspecto, três movimentos distantes historicamente e semelhantemente próximos destacam-se: Os integralistas, que apoiaram a ditadura do Estado Novo, que teve tantas perseguições quanto a de 1964 e tinha simpatia pelos regimes totalitários europeus; A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que clamava por uma intervenção militar para salvar o Brasil de um comunismo inexistente; e por fim, os movimentos que pediram o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, com o pretexto da corrupção - a corrupção de outros políticos não levou as massas pra rua. Todos bradavam pelo Brasil, mas não o Brasil no contexto de nação para todos, mas o Brasil deles, o Brasil que nega seu passado escravista. O melhor exemplo que imagino desses movimentos, foi presenciado por mim, na noite de 28 outubro de 2018. Enquanto fogos de artifícios coloriam o céu noturno de Curitiba, ouvia-se um carro de som com um locutor animado, gritando a todo pulmão as palavras: "o Brasil é nosso de novo".

Estas circunstâncias, são interligadas entre si a tal ponto, que é impossível encontrar a ponta do começo. Enquanto o poder econômico, sob o formato de

concentração de renda, detiver os veículos difusores de opinião para legitimar suas vontades a democracia não será respeitada. O caminho para uma democracia sólida, é a construção da sociedade uma sociedade inclusiva, que faça pontes e não muros.

REFERÊNCIAS

BARRUCHO, Luís, ODILLA, Fernanda e PASSARINHO Nathalia. **"Como Defender meritocracia quando o Brasil é o país que menos taxa herança"**, diz discípulo de Piketty. BBC Brasil, São Paulo, 6 de maio de 2018.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente**. Belém. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. v. 4, n. 3, p. 361-385. 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil - 14. ed. atual. eampl., reimpr.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2015.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História: volume único 1. ed.** São Paulo: Ática. 2005

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil. 34 edição.** São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

GEORGES, Rafael; KATIA, Maia. **A Distância que Nos Une: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras.** São Paulo. Oxfam Brasil. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

MEDEIROS, Nayara Fatima Macedo de Medeiros. **Concentração da riqueza e democracia: os efeitos políticos da desigualdade material.** Brasília. Universidade de Brasília. 2015.

MORGAN, Marc. **Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015.** Paris School of Economics & World Inequality Lab. Paris. 2017.

SCHMIDT, Mario. **Nova História: ensino médio 1. ed.** São Paulo: Nova Geração. 2005.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro, Leya. 2017.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** Brasília. Universidade de Brasília, 2016.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI; tradução Monica Baumgarten de Bolle.** Rio de Janeiro, 2014.